

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 546.638 - MG (2019/0347730-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **CHARLES HENRIQUE DA SILVA**
ADVOGADO : **ROGÉRIO AUGUSTO LIBANIO PEREIRA - MG059312**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por CHARLES HENRIQUE DA SILVA contra decisão na qual indeferi liminarmente o *habeas corpus*, nos seguintes termos (e-STJ fls. 32/33):

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CHARLES HENRIQUE DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do *Habeas Corpus* n. 1.0000.19.125361-6/000.

Extraí-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada, em 12/9/2019, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 297, por quatro vezes, 355 e 357, todos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* originário alegando ausência de fundamentação idônea do decreto construtivo. Alegou, ainda, ausência de materialidade, negativa de autoria e desproporcionalidade da custódia cautelar.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 17 de outubro de 2019, a 8ª Câmara Criminal denegou a ordem, conforme acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 11):

HABEAS CORPUS – FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, PATROCÍNIO INFIEL E EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO – REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – PERICULOSIDADE – INADEQUAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.

1. Diante da gravidade dos fatos, envolvendo falsificação de documentos supostamente redigidos por Magistrados, das condenações criminais por apropriação indébita em razão de ofício como advogado e das passagens por estelionato, uso de documento falso, apropriação indébita, falsificação de documento particular e falsidade ideológica, o que evidencia a reiteração delitiva e a periculosidade do paciente, a manutenção da prisão preventiva é medida que se impõe.

2. Ordem denegada.

No presente *habeas corpus*, a defesa reitera os argumentos lançados

na impetração anterior.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, com a imediata expedição de alvará de soltura.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

In casu, o impetrante não instruiu os autos com a decisão que decretou a prisão preventiva, circunstância que impede a verificação da existência, ou não, de flagrante ilegalidade e, assim, do indispensável *fumus boni iuris* para a concessão de liminar.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Nesta oportunidade (e-STJ fls. 35/37), o requerente alega que "*vige no art. 2º do CPP a possibilidade de interpretação analógica aos casos tais, enquanto no CPC vigente o indeferimento de iniciais e de recursos deve preceder à possibilidade de a parte sanar a eventual omissão ou falha, conforme se verifica do art. 932, parágrafo único e 321, ambos do CPC vigente*" e acrescenta que "*utilizando-se, via interpretação analógica, os arts. 932 e 321 do CPC a eventual omissão estaria corrigida*" (e-STJ fl. 36).

Diante disso, requer a reconsideração da decisão para que seja examinado o pedido formulado no presente *writ*.

É, em síntese, o relatório.

Conheço o presente agravo regimental como pedido de reconsideração e, tendo em vista a juntada do decreto de prisão preventiva, às e-STJ fls. 38/44, **acolho o pedido e passo a examinar a medida liminar formulada**.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Insta registrar que há referência no decreto de prisão preventiva à gravidade em concreto do delito e à periculosidade do paciente, evidenciada pelos diversos antecedentes criminais, inclusive com condenação pela prática de apropriação indébita qualificada, em razão de sua profissão como advogado, bem como pelo fato de que, conquanto medida liminar tenha suspenso o seu direito de advogar, o paciente promoveu, em tese, falsificação de documentos oriundos do Poder Judiciário. Tais circunstâncias, neste juízo de cognição sumária, justificam a imposição da segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública e de cessar a atividade criminosa (e-STJ fls. 40/44).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Dessa forma, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, bem como ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço (MG), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator